

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA  
ESCOLARIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA SOBRE A INSERÇÃO DA  
CRIANÇA NO MERCADO DE TRABALHO**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GLENDIA PEREIRA MACIEL

Mariana, 2018

Catálogo na fonte elaborado pelo bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. 1407

M152t Maciel, Glenda Pereira

Trabalho infantil no Brasil: uma análise do impacto da escolaridade do chefe de família sobre a inserção da criança no mercado de trabalho [recurso eletrônico] : Glenda Pereira Maciel.-Mariana, MG, 2018.

1 CD-ROM; (4 3/4 pol.).

TCC (graduação em Economia) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018

1. Menores - Emprego - Teses. 2. MEM. 3. Escolaridade - Teses. 4. Monografia. 5. Família - Aspectos sociais - Teses. 6. Pesquisa nacional por amostra de domicílios - Teses. 7. Educação - Aspectos sociais - Teses. I. Benedicto, Bianca Vieira. II. Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Econômicas. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 331-053.2(81)  
: 15  
: 1419830

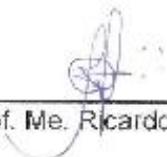
GLENDIA PEREIRA MACIEL  
Curso de Ciências Econômicas - UFOP

TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA  
ESCOLARIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA SOBRE A INSERÇÃO DA CRIANÇA NO  
MERCADO DE TRABALHO

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências  
Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e  
Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro  
Preto como requisito para a obtenção do grau de  
Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação  
do Prof. Me. Bianca Vieira Benedicto

Banca Examinadora:

Bianca Vieira Benedicto  
Prof.ª Me. Bianca Vieira Benedicto (orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Ricardo André da Costa

Gilson José Dutra  
\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Gilson José Dutra

Mariana, 16 de fevereiro de 2018.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido saúde, força e empenho para superar as dificuldades.

Aos meus pais pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

À minha orientadora Bianca, pelo suporte, pelas correções e incentivo.

À UFOP, seu corpo docente, direção e administração que me proporcionaram extenso aprendizado durante minha formação.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha graduação, o meu muito obrigada.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Prevalência de trabalho infantil por faixa etária .....	20
Figura 2 - Anos de escolaridade do chefe de família diante da incidência de trabalho infantil .....	22
Figura 3 - Rendimento obtido pelos indivíduos inseridos no trabalho infantil .....	23
Figura 4 - Incidência de trabalho infantil por região do Brasil .....	24
Figura 5 - Incidência de trabalho infantil de acordo com o número médio de componentes na família .....	26

**LISTA DE QUADROS E TABELAS**

Quadro 1- Descrição das variáveis e sinais esperados do modelo Logit.....	19
Tabela 1 - Análise descritiva do trabalho infantil segundo as características dos indivíduos na amostra .....	19
Tabela 2 - Anos de escolaridade do chefe de família diante das condições de trabalho infantil .....	21
Tabela 3 - Média de anos de estudos dos indivíduos inseridos no trabalho infantil por situação censitária .....	24
Tabela 4 - Determinantes do trabalho infantil, modelo logit, Brasil, 2001.....	27

## RESUMO

Apesar de a incidência do trabalho infantil ter diminuído ao decorrer dos anos, este ainda possui elevada prevalência no Brasil. Nesse sentido, estudos dedicados a compreender os fatores que impactam a inserção das crianças no mercado de trabalho são fundamentais. Contudo, grande parte desses estudos apresenta o baixo rendimento da família como principal determinante para o trabalho infantil. Considerando este fato, foi proposto uma análise que destaca a escolaridade do chefe de família como variável que afeta a incidência de crianças no mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, utilizou-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2001), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A estimação foi realizada pelo modelo *logit*, os resultados sugerem que o aumento na escolaridade do chefe de família reduz a probabilidade de a criança estar trabalhando em todas as regiões do Brasil. Nesse contexto, é necessário atentar-se para o fato da importância da educação na redução do trabalho infantil e da valorização explícita do estudo em relação a este trabalho. Denota-se ainda que as políticas públicas relacionadas à escolaridade tanto dos pais quanto das crianças têm impacto sobre o tempo útil disponível no trabalho infantil.

**Palavras-chave:** Trabalho Infantil, Escolaridade, Chefe de família.

## ABSTRACT

Although the incidence of child labor has declined over the years, it still has a high prevalence in Brazil. In this sense, studies dedicated to understanding the factors that affect the insertion of children in the labor market are fundamental. However, most of these studies show the low family income as the main determinant for child labor. Considering this fact, it was proposed an analysis that highlights the schooling of the head of the family as a variable that affects the incidence of children in the Brazilian labor market. For that, data from the National Household Sample Survey (PNAD 2001), carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), were used. The estimation was performed by the logit model, the results suggest that the increase in the head of household reduces the probability that the child is working in all regions of Brazil. In this context, it is necessary to be attentive to the fact of the importance of education in the reduction of child labor and the explicit valorization of the study in relation to this work. It is also pointed out that public policies related to schooling of both parents and children have an impact on the useful time available in child labor.

**Keywords:** Child Labor, Schooling, Head of Household.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1 Hipótese.....	4
1.2 Objetivos.....	4
1.2.1 Objetivo geral.....	4
1.2.2 Objetivos específicos.....	4
<b>2 O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL</b> .....	5
2.1 Breve histórico sobre o trabalho infantil.....	5
2.2 Políticas e programas de combate ao trabalho infantil.....	6
2.3 Aspectos, causas e consequências do trabalho infantil.....	7
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	12
3.1 Modelo <i>logit</i> .....	12
3.2 Fonte de tratamento dos dados.....	17
<b>4 RESULTADOS</b> .....	19
4.1 Estatísticas descritivas acerca do trabalho infantil a partir da PNAD de 2001.....	19
4.2 Resultados e discussões da estimação do modelo econométrico proposto.....	27
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	32
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	34

## 1. Introdução

Segundo dados obtidos no Relatório Mundial sobre o trabalho infantil em 2015, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), 168 milhões de crianças realizam trabalho infantil no mundo, sendo que 120 milhões possuem idades entre 5 e 14 anos e cerca de 5 milhões vivem em condições análogas à escravidão.

O trabalho infantil declinou de forma acentuada desde o início dos anos 1990, a incidência do trabalho de crianças de 5 a 14 anos reduziu-se a quase um terço, sendo esta redução ainda mais intensa na faixa de 5 a 9 anos de idade. Apesar do progresso alcançado, o contingente de crianças trabalhando ainda é elevado. Barros e Mendonça (2010) afirmam que no início da década de 1990, 14% das crianças brasileiras de 5 a 14 anos - cerca de 5 milhões de crianças – ainda encontravam-se engajadas em atividades econômicas. Em 2008, este percentual caiu para 5% - 1,7 milhões de crianças.

Aos adolescentes de 16 a 18 anos está proibida a realização de trabalhos em atividades insalubres, perigosas ou penosas, o trabalho noturno, os trabalhos que envolvam cargas pesadas, jornadas longas, e os trabalhos em locais ou serviços que prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e social. De acordo com as Nações Unidas, o termo trabalho infantil pode ser definido como trabalho que priva as crianças de sua infância e que é prejudicial para o desenvolvimento físico e mental. Deste modo, nem todo trabalho feito por crianças deve ser classificado como trabalho infantil. A legislação brasileira - de acordo com a Emenda Constitucional nº 20, aprovada em dezembro de 1998 – proíbe o trabalho a crianças e adolescentes menores de 16 anos, porém é permitido o trabalho a partir dos 14 anos de idade, desde que na condição de aprendiz.

Ainda que o trabalho de crianças e adolescentes seja restringido pela legislação, a PNAD, realizada pelo IBGE, que é a principal pesquisa sócio-econômica do país, estimava a existência de cerca de 6.263 milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos de idade ocupadas em atividades econômicas ao longo do ano de 2001. Além destas, também haviam 280 mil crianças entre 5 e 9 anos de idade trabalhando.

Neste contexto, é necessário atentar-se para o fato de que nem sempre a principal explicação para trabalho de crianças e adolescentes seja a necessidade de complementar a renda da família, embora possa ser um dos fatores. Segundo Schwartzman (2001), isto se

justifica pelo fato de que o trabalho infantil parece pouco contribuir para a renda familiar e que existem outras características do ambiente familiar que podem ter influência tão grande ou maior do que o nível de renda na decisão da criança trabalhar. Em primeiro lugar, a contribuição da criança é baixa para os menores de 10 anos de idade, abaixo de 5% da renda familiar, se tornando mais significativa somente para os de 16 e 17 anos, cerca de 15%. No entanto, nas famílias que possuem menor rendimento, a contribuição da criança ou adolescente para a renda familiar pode ser significativa. Se comparada a renda da criança ou do adolescente com a renda *per capita* da família, é possível notar que, na metade mais pobre da população, o valor da renda obtida pela criança ou adolescente é maior do que a parte que caberia a ela

Adicionalmente, Schwartzman (2001) afirma que na maior parte dos casos, o trabalho tem um efeito perverso no desenvolvimento educacional da criança e do adolescente. No entanto, este efeito depende da idade, tipo e duração do trabalho, e pode afetar a presença ou não da criança à escola, como seu aproveitamento. Podemos interpretar estes dados em função do impacto do trabalho sobre a educação, porém, é bastante provável que haja um efeito inverso, principalmente para os grupos de menor idade, ou seja, a ausência escolar que pode levar ao trabalho, e não o contrário.

Ainda segundo Schwartzman (2001), a partir dos resultados vistos com a inclusão do suplemento especial da PNAD (2001) sobre o trabalho infantil, que inclui perguntas sobre o abandono e a falta ocasional à escola foi possível observar que o motivo que mais aparece para justificar o abandono é o da decisão do próprio aluno, sobretudo entre os mais velhos. Nesses casos, o trabalho aparece como segunda razão, com 20% das respostas entre os mais velhos. Na área rural, um dos motivos que exerceu forte influência sobre o abandono é a ausência de escola perto (16%). A falta ocasional é justificada em 51% dos casos por doença, e depois pela decisão individual do aluno. Além disso, problemas com a própria escola como falta de professor ou greve, também podem ser significativos, afetando sobretudo o segmento de mais idade. Nesse sentido, deve-se assegurar que as crianças tenham oportunidade de uma boa educação, bem como condições efetivas de frequência a uma boa escola.

Atualmente, sabe-se que não há uma única política para eliminar o trabalho infantil, e sua resistência por séculos é uma evidência nítida de que não há uma solução fácil. No entanto, hoje temos maior e melhor entendimento das causas e consequências do trabalho infantil, o que facilita a avaliação e sugestão de políticas para reduzi-lo ou erradicá-lo com

maior segurança. O que de fato se sabe é que o trabalho que envolve risco às crianças deve ser banido, bem como os investimentos na qualidade e disponibilidade de escolas devem ser incentivados, associando-os aos programas de transferência de renda às famílias pobres. (SHWARTZMAN, 2001)

Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo apresentar o que se conhece na literatura econômica sobre o trabalho infantil no Brasil e indicar direções para possíveis estudos futuros. São apresentados alguns estudos recentes, assim como os fatores que levam a criança a trabalhar e as consequências do trabalho precoce. Por fim, são discutidas algumas políticas públicas de combate ao trabalho infantil.

Diante dessa ampla literatura que envolve o problema, o presente estudo focará nos determinantes econômicos do trabalho infantil. Objetiva-se responder a seguinte questão: Quais são os fatores determinantes do trabalho infantil no Brasil e qual a influência da condição do chefe de família na inserção da criança no mercado de trabalho? Por fim, nota-se que estudos desse caráter são, especialmente, relevantes para o Brasil, uma vez que o país apresenta elevado índice de crianças inseridas no mercado de trabalho.

Deste modo, analisar a incidência do trabalho infantil no Brasil através da variável escolaridade do chefe de família nos permite voltar o olhar à possível solução para diminuição e erradicação do trabalho precoce, dado que muitas das vezes a solução apontada por alguns autores se encontra na transferência de renda, estudar afundo a questão da escolaridade contribui para além de uma solução a curto prazo uma possível mudança estrutural e comportamental a longo prazo.

## **1.1 Hipótese**

Espera-se que o aumento nos anos de escolaridade do chefe de família reduza a probabilidade da criança ser inserida no mercado de trabalho.

## **1.2 - Objetivos**

### 1.2.1 – Objetivo Geral

Verificar os determinantes do trabalho infantil para o ano de 2001 no Brasil, com a finalidade de indicar políticas públicas que promovam sua erradicação.

### 1.2.2 – Objetivos Específicos

a) Analisar os fatores individuais que se associam à probabilidade de ocorrência do trabalho infantil no Brasil.

b) Avaliar em que medida a escolaridade do chefe de família afeta a entrada no mercado de trabalho infantil.

c) Investigar os efeitos de gênero (masculino/feminino) e por faixa etária sobre a probabilidade de uma criança trabalhar.

## **2. O trabalho infantil no Brasil**

### **2.1 Breve histórico sobre o trabalho infantil**

Os primeiros relatos do trabalho infantil ocorreram na época da escravidão, que permaneceu por quase quatro séculos no país, em que os filhos de escravos acompanhavam seus pais nas atividades em que eram empregadas mão-de-obra escrava, exercendo tarefas que exigiam um esforço muito maior que suas condições físicas permitiam. Já em 1919, segundo dados do Departamento Estadual do Trabalho, 37% do total de trabalhadores do setor têxtil era crianças e jovens, e na capital paulista, esse índice chegava a 40%, OIT (2001).

Em 1867, Marx já descrevia algumas das causas do trabalho infantil. Segundo ele, com o surgimento das máquinas, a necessidade de força física é reduzida, possibilitando agora o emprego de trabalhadores fracos ou com desenvolvimento físico baixo, porém com membros mais flexíveis. Deste modo, passou-se a empregar mulheres e crianças. Além disso, foi observado que o fato de a máquina reduzir tempo necessário de trabalho fazia com que o empregador proprietário dos meios de produção, reduzisse o trabalho dos trabalhadores e, por consequência, o meio de sobrevivência das famílias. Com a redução dos salários, o trabalhador homem adulto, acabava muitas vezes inserindo toda a família no mercado de trabalho para compensar a perda de renda.

Segundo Souza e Alberto (2008), o trabalho precoce é um fato que se reporta às antigas civilizações. No entanto, na sociedade contemporânea, apesar de toda a legislação que protege crianças e adolescentes, a exploração da mão-de-obra infantil reflete uma situação que alcança números significativos. Abordar esta problemática leva a questionar a garantia dos direitos básicos da criança e do adolescente, que dispõem de um aparato legal que estabelece medidas de proteção específicas reconhecendo a singularidade da fase em que se encontram. Nessa perspectiva, deve-se ressaltar o comprometimento que o trabalho implica com a formação integral destes, em que inserção precoce irá restringi-los da participação em atividades indispensáveis ao desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social, substancializado nas situações vivenciadas através do processo de escolarização.

Uma política de combate ao trabalho de crianças e adolescentes eficaz não pode colocar seu foco, apenas, na repressão desta atividade, e sim criar condições para que ela seja descontinuada. A condição principal é a melhoria do sistema educacional, e a criação de programas de geração de emprego e renda para as famílias. A segunda seria a identificação de

situações em que o trabalho de crianças e adolescentes é indispensável como meio de sustento para as famílias, e que precisam ser compensadas.

Após ser largamente discutido entre escritores e pensadores do século XIX, o trabalho infantil passou a ser negligenciado por economistas durante muito tempo. O interesse em pesquisas e análises econômicas sobre o assunto só ressurgiu por volta de 1995. O principal fator para justificar este interesse em pesquisas sobre o assunto seria a crescente ênfase na redução da pobreza e na acumulação de capital humano para obter desenvolvimento, fazendo com que atualmente, o trabalho infantil seja visto como um impedimento ao progresso econômico. (KASSOUF, 2007)

Entretanto, apesar de a incidência de trabalho infantil estar diminuindo, um grande número de crianças continua trabalhando e por um período longo de horas. O trabalho concentrado na faixa entre 15 e 17 anos de idade, ocorre mais entre homens do que entre mulheres, e mais, proporcionalmente, entre indígenas e pessoas de cor preta ou parda do que brancas. A proporção de meninos trabalhando é maior do que a de meninas, exceto no emprego doméstico, segundo a PNAD de 2008 94% das crianças e adolescentes trabalhando em casas de família são meninas. De acordo com Renato Mendes (PNAD), coordenador nacional do Programa para Erradicação do Trabalho Infantil da OIT, uma menina que presta serviço doméstico dificilmente encontra ou tira proveito de oportunidades educativas e de desenvolvimento pessoal. Além disso, a porcentagem de trabalho infantil nas áreas rurais é bem mais elevada do que nas áreas urbanas no Brasil.

## **2.2 Políticas e programas de combate ao trabalho infantil**

Dada a elevada incidência do trabalho infantil no Brasil, e a necessidade de adoção de novos meios para sua proibição e eliminação, o combate a esta questão tem sido elevado. Em 2000, foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), tendo como objetivo principal a erradicação de todas as formas de trabalho infantil no país. Neste mesmo período, o Brasil sancionou duas convenções internacionais de elevada importância da OIT: a Convenção 182, que aborda a proibição das piores formas de trabalho infantil, bem como as ações imediatas para sua eliminação; e a Convenção 138, que além de estabelecer normas para coibi-lo, também se ocupa da idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho. Além disso, desde 1992, o Brasil participa do Programa Internacional para Erradicação do

Trabalho Infantil (IPEC), um importante instrumento de cooperação da OIT para articular, mobilizar e legitimar as iniciativas nacionais de combate ao trabalho infantil.

Apenas banir o trabalho infantil não é a melhor solução existente, visto que se por um lado a renda advinda do trabalho da criança é muitas vezes essencial para sua sobrevivência e de sua família, por outro lado a precariedade de serviços básicos para seu desenvolvimento, como o difícil acesso à escola em áreas rurais de localização desprivilegiada, faz com que não haja outra opção a elas a não ser o trabalho. Deste modo, são sugeridos programas que incluam ações complementares como: serviços escolares em período integral, incentivo a educação escolar, a geração de emprego e renda, além de capacitação para os pais.

O Brasil tem obtido sucesso nas políticas para eliminação do trabalho infantil. Em 1992, 13% das crianças de 5 a 14 anos estavam trabalhando. Já em 2008, este percentual diminuiu para 5%. Nota-se que o Brasil está sendo mais eficiente que países com a mesma renda no combate ao trabalho infantil. Porém o número de crianças trabalhando ainda é elevado, sendo sua incidência bem maior nos grupos socioeconômicos mais vulneráveis. (BARROS e MENDONÇA, 2010)

Ainda que a melhoria nas condições socioeconômicas das famílias tenha contribuído para o progresso na redução do trabalho infantil, programas como o Programa de Erradicação do Trabalho infantil (Peti) e as condições impostas pelos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que exige que a criança frequente a escola, possuíram maior eficácia para retirar as crianças do mercado de trabalho.

### **2.3 Aspectos, causas e consequências do trabalho infantil**

Segundo Barros e Mendonça (2010), do ponto de vista da criança, o que a leva a trabalhar é o fato de esta acreditar que o exercício de alguma atividade econômica poderia gerar algumas vantagens imediatas, tal como ser poupada dos afazeres domésticos e até mesmo ter alguma renda garantida para uso próprio. No entanto, a participação em atividades produtivas não parece ser motivada pela obtenção de renda, uma vez que entre as crianças de 5 a 14 anos que trabalham, cerca de 70% não adquirem qualquer renda monetária, enquanto entre aquelas que recebem, 40% entregam tudo ou uma certa parte aos seus pais. No fim, menos de 20% das crianças que trabalham tem renda e não entregam ao menos parte do recebido aos seus pais.

Deste modo, como o trabalho infantil não traz renda para as crianças, nem ao menos as poupa da participação nos afazeres domésticos, haveria indícios de que a decisão de trabalhar parte muito mais da família que da criança. Apesar de os efeitos nocivos do trabalho infantil não dependerem de quem é o responsável pela decisão, para que haja uma adequada criação dos programas de combate é fundamental que seja identificado de quem partiu a decisão. (BARROS e MENDONÇA, 2010)

De acordo com Souza e Alberto (2008), a situação que leva à realização do trabalho infantil pode ser compreendida a partir de duas instâncias: a pessoal e a familiar. Levando em consideração a situação de contribuição para a renda familiar, o trabalho se torna uma questão de necessidade. Por outro lado, pode ser visto como uma questão que gera satisfação pessoal, dado que há a oportunidade de obter a própria renda, ocupar seu tempo, bem como sentir-se útil. No entanto, diante desta ocupação, há uma valorização explícita do estudo em relação ao trabalho. Diante da premissa de que é necessário estudar primeiro para depois trabalhar, o estudo constitui o anseio maior, mostrando que o ingresso no trabalho precoce é uma questão mais de precisão do que de opção.

Adicionalmente, a literatura especializada considera a pobreza como a principal causa para a incidência do trabalho infantil no mundo. Já a teoria econômica, tenta explicar esta questão com base em duas racionalizações. A primeira considera que a educação e o lazer das crianças são considerados bens de luxo, uma vez que, dado o aumento da renda familiar, a educação e o lazer oferecidos aumentam mais que proporcionalmente. Ou seja, o aumento da renda familiar acarretará na diminuição do ingresso precoce no trabalho em prol de maior consumo de educação e lazer. Logo, a família apenas utiliza do trabalho da criança quando sua renda não é suficiente para manter-se um nível mínimo de qualidade de vida a ela. (CACCIAMALI e TATEI, 2008)

A partir dos dados da PNAD de 2001, podemos observar que o modo como os rendimentos da criança contribui para a renda familiar é relevante, principalmente, devido ao fato de essas famílias possuírem renda *per capita* muito baixa. Em 37% das famílias urbanas e 47% das rurais, a contribuição por parte das crianças de 5 a 15 anos inseridas no mercado de trabalho na renda da família é de mais de 20%, e em mais de 12% das famílias, esse valor transpõe o valor de 40%. (FERRO e KASSOUF, 2005)

Ferro e Kassouf (2005), partindo da consideração de que os pais são altruístas em relação aos filhos, ressaltam que a decisão de inseri-los no mercado de trabalho ocorreria

apenas em um contexto de necessidade, ou seja, em que a sobrevivência da família estivesse ameaçada. Deste modo, pelo lado da oferta, a literatura tem como os principais determinantes do trabalho infantil a pobreza, como sendo o principal, seguida da educação dos pais, da baixa atratividade da escola, de componentes culturais e outros aspectos do contexto familiar.

Caccimali e Tatei (2008) mostram evidências de que a probabilidade de incidência de trabalho infantil é maior entre famílias em que os chefes trabalham por conta própria, principalmente aqueles que pertencem ao setor agrícola. Além disso, os autores indicam que a participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho está estritamente relacionada aos níveis de educação dos pais, de maneira que, quanto mais escolarizados, maior será a sua opção pela escolarização mais elevada dos filhos. (apud CACCIMALI, 2010)

Segundo Nilsen e Dubey (2001), conforme citado por Ferro e Kassouf (2005), com base na literatura recente, são formuladas quatro hipóteses acerca da existência do trabalho infantil, sendo elas: substituição, subsistência, mercado de capitais e educação dos pais. Ao testar essas hipóteses, concluíram que a subsistência e escolaridade dos pais são os principais determinantes do trabalho infantil e conseqüentemente da não escolaridade da criança.

De acordo com Schwartzman (2001), a deficiência escolar, principalmente nas idades mais avançadas e na zona rural, parece estar muito mais agregada às limitações do sistema educacional do que à necessidade de trabalhar por parte da criança e do adolescente. O tempo que as crianças dedicam ao trabalho tende a ser pequeno, e ainda que estas crianças tendam a ter um nível de escolaridade um pouco abaixo das que não trabalham, tal diferença se agrava com a idade.

Há um *trade-off* em relação ao trabalho infantil, apesar de imediato ser considerado uma atividade que gera o benefício da renda, pode por outro lado gerar custos por não estudar e estar reduzindo o tempo de lazer. Deste modo, os mesmos fatores que afetam os benefícios do trabalho, também afetarão a decisão relacionada ao trabalho infantil.

Uma segunda racionalização compreende que o trabalho infantil pode ser substituído da mão-de-obra adulta, contendo algumas correções em escala. Significando que a criança é capaz de realizar o mesmo tipo de trabalho feito por um adulto, com apenas algumas diferenças na habilidade e eficiência na realização, o que pode ser considerado consequência da ausência de força física, idade ou até mesmo experiência. Contudo, para as empresas

empregadoras é mais vantajoso optar pelo trabalho das crianças, dado que o custo de empregá-las é menor que o de um adulto.

Por outro lado, ao se tratar de famílias chefiadas por trabalhadores por conta própria ou por empregados registrados, o aumento da renda não altera a estrutura de ocorrência do trabalho infantil. Estas famílias mostram uma propensão maior a utilizar suas crianças como força de trabalho. Já o aumento dos anos de escolaridade das pessoas que chefiam as famílias, mostra resultados mais relevantes do que o aumento da renda na diminuição da intenção ao uso do trabalho das crianças. (CACCIMALI e TATEI, 2008)

Caccimali e Tatei (2008) mostram por meio das diversas estimações realizadas que a problemática do trabalho infantil não deve ser encarada de forma isolada. Principalmente se tratando às famílias que se encontram no setor agrícola, outros fatores devem ser relevados, como: a questão da propriedade de terra, alternativas de geração de renda, melhores condições educacionais para a população carente e o fortalecimento do papel da mulher dentro das famílias. Da mesma forma, para o meio urbano pode ser citado a necessidade de se criar meios de proteção para as crianças ocupadas em atividades informais, com a intenção de promover sua reinserção no ciclo escolar, seja por meio de organizações comunitárias ou por meio do governo local.

Ademais, para um aumento na qualidade de vida da população é necessário uma melhora do nível de escolaridade da população. Indivíduos com maior nível educacional são mais cientes de seus direitos e conseqüentemente criam filhos mais educados, diminuindo a pobreza, a exploração e os abusos a longo prazo. Para isso, é de extrema importância que haja um número adequado de escolas disponíveis (públicas ou privada com custos acessíveis), para que seja permitido que as crianças de famílias pobres estudem. (KASSOUF, 2001)

Kassouf (2005) ressalta que nos últimos 10 anos, com a disponibilidade de microdados de pesquisas domiciliares levantadas em diversos países e análises econométricas dirigidas ao tema trabalho infantil, foi possível que os economistas começassem a entender melhor o que leva as crianças a trabalhar. A pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe, idade em que os pais começaram a trabalhar, local de residência, são alguns dos determinantes mais analisados e considerados os mais relevantes para explicar a inserção das crianças no trabalho precoce. A pobreza, apesar de ser o mais esperado é, contudo o determinante mais controverso dentro da literatura sobre o trabalho infantil. Não

significa que este não seja um determinante, mas sim que o trabalho infantil responde a incentivos e oportunidades que aparecem a partir das imperfeições no mercado de trabalho.

Os efeitos do trabalho infantil podem ser compreendidos a partir de várias perspectivas. Dentre as concepções que estudam a temática está a Economia, nos últimos anos, graças à disponibilidade de microdados de pesquisas domiciliares levantadas em diversos países e de análises econométricas voltadas ao trabalho infantil, economistas começaram a entender melhor o que leva as crianças a trabalhar. A pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, condições do chefe de família, idade em que os pais começaram a trabalhar, local de residência, entre outros são os determinantes mais analisados e dos mais importantes para explicar a alocação do tempo da criança para o trabalho. A pobreza não significa diretamente um determinante do trabalho infantil, mas, sim, que o trabalho infantil responde a incentivos e oportunidades que surgem com as imperfeições no mercado de trabalho. (SCHUARTZMAN, 2001)

### 3. Metodologia

A seção metodológica aborda inicialmente o modelo *Logit*, em que a variável dependente possui natureza binária. Este modelo busca capturar o efeito da escolaridade do chefe de família sobre a inserção da criança no mercado de trabalho. A seção, portanto, aborda o modelo *logit*, fundamentando suas características de modo a oferecer estimadores consistentes e eficientes para a análise entre a escolaridade do chefe de família e a incidência do trabalho infantil. Por fim, na seção 3.2, é apresentada a fonte e o tratamento dos dados de modo a descrever a amostra selecionada neste estudo.

#### 3.1 Modelo Logit

Em econometria, encontramos um conjunto de modelos bastante vastos, que nos permite analisar diversos problemas. Considerando a relação entre escolaridade do chefe de família e trabalho infantil, e de modo a elevar a probabilidade de que as estimativas da regressão tenham interpretação causal, o modelo proposto foi o *logit* em que a variável dependente é discreta, ou seja, qualitativa. Além da utilização do modelo binário, deve-se controlar as covariadas de modo a obter estimadores consistentes e eficientes. Diante disso, considerou-se a seguinte equação de regressão linear:

$$\text{trabalho\_infantil\_5a17anos} = \alpha + \beta_{1i}\text{masculino} + \beta_{2i}\text{idade} + \beta_{3i}\text{esc\_chefe} + \beta_{4i}\text{mae\_viva} + \beta_{5i}\text{branco} + \beta_{6i}\text{urbano} + \beta_{7i}\text{centro\_oeste} + \beta_{8i}\text{nordeste} + \beta_{9i}\text{norte} + \beta_{10i}\text{sul} + \beta_{11i}\text{n\_familia}$$

Nota-se que o coeficiente  $\beta$  mede o quanto a variável associada impacta na inserção ou não da criança no mercado de trabalho. O critério de seleção das variáveis e os sinais esperados são apresentados no Quadro 1.

**Quadro 1- Descrição das variáveis e sinais esperados do modelo Logit**

NOMES	DEFINIÇÕES	SINAIS ESPERADOS
TRABALHO 5 A 17 ANOS	<i>Dummy</i> que recebe o valor 1 se o indivíduo de 5 a 17 anos trabalha e 0 caso contrário	Variável Dependente
MASCULINO	<i>Dummy</i> que recebe o valor 1 se o indivíduo	Não pode ser predeterminado

	for do sexo masculino e 0 caso contrário	
ANOS DE ESTUDO	Anos estudados por indivíduo que variam de 1 à 15 anos ou mais	De acordo com Souza e Alberto (2008), há uma valorização explícita do estudo em relação do trabalho. Diante da premissa de que é necessário estudar primeiro para depois trabalhar, o estudo constitui o anseio maior, mostrando que o ingresso no trabalho precoce é uma questão mais de precisão do que de opção. Logo, espera-se sinal negativo.
NORTE, NORDESTE, SUL, CENTRO-OESTE	<i>Dummies</i> para as regiões brasileiras, sendo SE a referência, portanto, ausente no modelo.	Segundo Cacciamali e Tatei (2010), em termos geográficos, com exceção do Nordeste, em todas as outras regiões as crianças de 7 a 15 anos apresentam probabilidades menores de estudar que as crianças da mesma faixa etária que residem no Sudeste. Enquanto a probabilidade de trabalhar, estar fora da região Sudeste amplia essa possibilidade.
IDADE	Idade dos indivíduos.	Não pode ser predeterminado.
MÃE VIVA	<i>Dummy</i> que recebe o valor 1 se o indivíduo possuir mãe viva e 0 caso contrário	Kassouf (2001) de acordo com seus resultados ressalta que as mães parecem valorizar mais o capital humano de seus filhos. Espera-se um sinal negativo.
ESCOLARIDADE CHEFE	Escolaridade do chefe de domicílio associada para cada indivíduo	Caccimali e Tatei (2008) indicam que a participação das crianças e adolescentes no mercado de trabalho está estritamente relacionada aos níveis de educação dos pais, de maneira que, quanto mais escolarizados, maior será sua opção pela escolarização mais elevada dos filhos. (apud CACCIMALI, 2010). Apesar de o chefe de família não ser necessariamente os pais da criança, espera-se que a variável tenha um sinal negativo.
BRANCO	<i>Dummy</i> que recebe o valor 1 se o indivíduo for branco ou amarelo e 0 caso contrário.	De acordo com os dados da PNAD, o trabalho concentrado da faixa entre 15 e 17 anos de idade, ocorre mais entre homens do que entre mulheres, e mais, proporcionalmente, entre indígenas e pessoas de cor preta ou parda do que brancas.
NÚMERO FAMÍLIA	Número de componentes que residem na unidade familiar	A estrutura da família está entre os determinantes mais analisados e dos mais importantes para explicar a alocação do tempo da criança para o trabalho. (SCHUARTZMAN, 2010). Deste modo, espera-se um sinal positivo, pois quanto maior a família, maior tende a ser a inserção dos filhos no mercado precoce.
URBANO	<i>Dummy</i> que recebe o valor 1 se o indivíduo mora na zona urbana e 0 se reside na zona rural.	De acordo com o coordenador nacional do Programa para Erradicação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a porcentagem de trabalho infantil nas áreas rurais é bem mais elevada do que nas áreas urbanas no Brasil. Assim, espera-se sinal negativo

Fonte: elaboração própria

Segundo Gujarati (2001), o *Logit* é um modelo estatístico não linear nos parâmetros que pode ser definido como um modelo de variável latente que relaciona a probabilidade de ocorrência de um determinado evento a variáveis explicativas, de forma que a probabilidade permaneça entre 0 e 1.

Como dito anteriormente, dado que a variável dependente é uma *dummy*, a abordagem para esta variável dicotômica pressupõe que Y assume dois valores, ou seja,  $Y = 1$  ou  $Y = 0$ .

Sendo  $y^*$  uma variável latente e  $y$  a variável que determina a inserção da criança no mercado de trabalho, o modelo *logit* pode ser definido como:

$$Y_i^* = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{ki} + u_i = X_i \beta + u_i \quad [1]$$

Em que  $x_i'$  representa as  $k$  variáveis explicativas incluídas no modelo,  $\beta$  é o parâmetro e  $u_i$  o termo de erro não observado. Além disso, tem-se que:

$$Y_i = \begin{cases} 1, & \text{se } Y_i^* = \text{crianças inseridas no mercado de trabalho} \\ 0, & \text{se } Y_i^* = \text{crianças não inseridas no mercado do trabalho} \end{cases} \quad [2]$$

A variável  $Y_i^*$  pode ser concebida como a diferença entre a utilidade  $U_{1i}$ , que para o  $i^{\circ}$  indivíduo iria ter a alternativa representada por  $Y_i=1$  e a utilidade,  $U_{0i}$ , associada com a alternativa  $Y_i = 0$ , ou seja,

$$Y_i^* = U_{1i} - U_{0i} = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_k X_{ki} + u_i$$

A primeira alternativa seria a opção do indivíduo se  $U_{1i} > U_{0i}$  e a segunda alternativa seria se  $U_{1i} \leq U_{0i}$ , ou seja, iria se verificar  $Y_i = 1$ , portanto, considera-se as crianças em atividade laboral ou  $Y_i = 0$  caso contrário, respectivamente,  $Y_i^* > 0$  ou  $Y_i^* \leq 0$ .

Outra maneira de se formular é a que considera  $Y_i^*$  como um índice da propensão do  $i^{\circ}$  indivíduo para escolha de uma alternativa. Esse índice corresponderia à diferença entre  $R_{1i}$ , o rendimento ou benefício marginal esperado se o indivíduo optasse pela alternativa associada com  $Y = 1$ , e  $C_{1i}$ , custo marginal dessa escolha. Assim como a maneira anterior, se teria agora

$$Y_i^* = R_{1i} - C_{1i} = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_k X_{ki} + u_i,$$

$Y_i = 1$  se  $R_{1i} \geq C_{1i}$  (e portanto,  $Y_i^* \geq 0$ ), ou  $Y_i = 0$  se  $Y_i^* < 0$ .

Na posição de modelos caracterizada pelas relações [1] e [2], é

$$\begin{aligned} \text{Prob}(Y_i = 1) &= \text{Prob}(Y_i^* > 0) = \\ &= \text{Prob}(\beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_k X_{ki} + u_i > 0) = \\ &= \text{Prob}(u_i > -X_i \beta) \end{aligned}$$

e posteriormente,

$$\text{Prob}(Y_i = 0) = \text{Prob}(u_i \leq -X_i\beta).$$

Assim, sendo  $u_i$  uma variável aleatória com função de distribuição  $F(\cdot)$ , temos

$$\text{Pro}(Y_i = 0) = F(-X_i\beta),$$

$$\text{Prob}(Y_i = 1) = 1 - F(-X_i\beta). \quad [3]$$

Segundo Gujarati (2001), para a forma funcional de  $F(\cdot)$  tem-se duas opções mais comumente escolhidas, são as que referem-se à distribuição normal reduzida e à distribuição logística. No modelo *logit*, a escolha de  $F(\cdot)$  incide em

$$\Lambda(x) = \frac{1}{1+e^{-x}}, \quad [4]$$

uma função de distribuição de uma variável logística portanto, pode ser escrita como:

$$\lambda(x) = \frac{d\Lambda(x)}{dx} = \frac{e^{-x}}{(1+e^{-x})^2}; \quad [5]$$

Podemos reescrever o modelo logit da seguinte forma:

$$E(Y_i) = 0[1 - F(X_i\beta)] + 1F(X_i\beta) \quad [6]$$

isto é,

$$E(Y_i) = F(X_i\beta). \quad [7]$$

Logo,

$$\frac{\partial E(Y_i)}{\partial X_i} = \frac{dF(X_i\beta)}{d(X_i\beta)} \frac{\partial(X_i\beta)}{\partial X_i} = f(X_i\beta)\beta \quad [8]$$

em que  $f(\cdot)$  indica a função de densidade correspondente à função de distribuição  $F(\cdot)$ .

Supondo que  $E(Y_i)$  é uma função linear de  $X_j$ , esta se dá por:

$$\frac{\partial E(Y_i)}{\partial X_{ji}} = f(X_i\beta)\beta_j \quad [9]$$

A partir de equação 9 observa-se que, no modelo *logit*,  $\beta_j$ , não mede necessariamente o efeito marginal de  $X_j$  sobre  $E(Y)$  (ou seja, sobre a probabilidade de a criança trabalhar  $\text{Prob}(Y=1)$ ).

No entanto, considerando a não linearidade em relação à  $X_j$ , continua a ser:

$$\frac{\partial E(Y_i^*)}{\partial X_{ji}} = \beta_j \quad [10]$$

para qualquer  $i$  e qualquer  $j$ , relativamente à variável não observável  $Y^*$

Três fatos merecem destaque em relação à equação [9]:

i) O efeito marginal de  $X_j$  sobre a probabilidade do indivíduo trabalhar é variável de indivíduo para indivíduo (devido ao fato de  $X_{2i}, \dots, X_{ji}, \dots, X_{ki}$  em  $f(X_i\beta)$  estarem presentes).

ii) Tal efeito é também variável com  $X_j$ ; ou seja, considerando a mesma criança, esse efeito terá um valor diferente de  $X_{ji}$  para outro.

iii) Por fim, nota-se que uma variação infinitesimal de uma característica  $X_{ji}$ , tudo o mais constante, leva a uma variação positiva ou negativa na probabilidade da criança trabalhar, de acordo o coeficiente  $\beta_j$ .

Considerando ainda a equação 4, é possível notar que :

$$E(Y) = \text{Prob}(Y = 1) = \frac{1}{1+e^{-x}} \quad [11]$$

Obtemos a função logística:

$$\text{Prob}(Y = 0) = 1 - \frac{1}{1+e^{-x}} = \frac{e^{-x}}{1+e^{-x}} \quad [12]$$

$$\frac{\text{Prob}(Y=1)}{\text{Prob}(Y=0)} = e^x \quad [13]$$

Logo, para estimar a probabilidade de ocorrência do trabalho infantil através do modelo *Logit*, temos a seguinte equação:

$$P(D = 1|x) = P(D \cdot > 1|x) = P(e_i > x' \beta | x) = 1 - \theta(-x\beta) = \theta(x\beta) \quad [14]$$

$$P(D = 0|x) = [1 - \theta(x\beta)] \quad [15]$$

Em que  $P(D = 1|x)$  e  $P(D = 0|x)$  são as probabilidades dos indivíduos serem ou não inseridos no mercado de trabalho infantil,  $\theta$  é uma função densidade cumulativa padronizada,  $\beta$  são os parâmetros e  $e_i$  o termo de erro não observado. Os estimadores associados calculados pelo Método da Máxima Verossimilhança se dão por:

$$MV = \prod_{D=0} [1 - \theta(x'_i\beta)] \prod_{D=1} \theta(x'_i\beta) \quad [16]$$

Para que a análise proposta seja bem sucedida é necessário calcular ainda efeitos marginais das variáveis contínuas e binárias, uma vez que examinar diretamente os coeficientes não é o mais apropriado. Os efeitos marginais são calculados da seguinte forma:

$$EM_x = f(X_i\beta) \cdot \beta_x \quad [17]$$

$$EM_{xk} = P\left[\left(D_i = \frac{1}{xk} = 1\right)\right] - P\left[\left(D_i = \frac{1}{xk} = 0\right)\right] \quad [18]$$

Os efeitos marginais são calculados na média da amostra. Na equação [17], tem-se que  $EM_x$  é o efeito marginal de  $X$ ,  $f(X_i\beta)$  é a função de densidade de probabilidade da normal padrão e  $\beta_x$  é o coeficiente. Por outro lado, a equação [16] evidencia que  $EM_{xk}$  é o efeito marginal da variável binária  $x$ , nota-se que  $P\left[\left(D_i = \frac{1}{xk} = 1\right)\right]$  é a probabilidade de o indivíduo estar no mercado de trabalho quando  $xk = 1$  e  $P\left[\left(D_i = \frac{1}{xk} = 0\right)\right]$  é a mesma probabilidade quando  $xk = 0$ . Em resumo, o efeito marginal fornece a alteração em pontos percentuais na probabilidade do indivíduo estar inserido no trabalho infantil.

### 3.2 Fonte e tratamento dos dados

Os dados utilizados no presente trabalho foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2001. A amostra é selecionada em três sucessivos estágios: municípios, setores e unidades domiciliares. Além disso, a estrutura da pesquisa contempla dois níveis de informação. No primeiro nível são incluídos dados relativos aos domicílios e, no segundo nível, dados sobre características da unidade domiciliar. No nível de domicílio, o questionário aborda informações sobre características da unidade domiciliar. Enquanto no nível individual, abrangem-se informações quanto às características gerais dos moradores como educação, trabalho, situação censitária, entre outras informações. No que se refere ao suplemento de trabalho infantil, incluem-se questões de destino do rendimento do trabalho infantil, satisfação no trabalho, motivo de inserção no mercado de trabalho, além de perguntas sobre o abandono e a falta ocasional à escola. Portanto, a PNAD é uma fonte de dados importante para o conhecimento e monitoramento de aspectos relevantes relacionados ao trabalho infantil no Brasil.

Além disso, os dados obtidos pela PNAD não podem ser tratados como observações independentes e identicamente distribuídos, ou seja, como se tivessem sido gerados por amostras aleatórias simples com reposição. Seu desenho, portanto, incorpora todos os aspectos que definem um plano amostral complexo: estratificação das unidades de amostragem, conglomeração, isto é, a seleção de amostras em diferentes estágios, probabilidades desiguais de seleção em um ou mais estágios, e ajustes dos pesos amostrais. Tais propriedades asseguram a expansão e representatividade da amostra.

A análise deste estudo centra-se no ano de 2001 por ser o último suplemento de trabalho infantil disponibilizado pela PNAD. A investigação centra-se na situação de crianças de 5 a 17 anos de idade, principalmente em relação a características de educação e trabalho. Por meio deste suplemento, o IBGE amplia as informações disponíveis sobre as características de trabalho e educação de crianças e adolescentes. A partir destes resultados, as instâncias executivas e legislativas e todos aqueles interessados no tema podem contar com um amplo conjunto de indicadores, que permitem contribuir na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas.

Dada a relevância da pesquisa, os dados serão observados a nível de pessoa, uma vez que analisaremos os indivíduos separadamente em seu contexto na data de referência. Para isto, os dados serão estruturados em modo *cross-section*, em que os dados são extraídos em um determinado momento no tempo.

Será analisada a incidência do trabalho infantil utilizando como variável principal os indivíduos de 5 a 17 anos que trabalham, de acordo com os dados da PNAD do ano de 2001. Por meio da literatura consultada, além da variável escolaridade do chefe de família, variável central de análise do estudo, utilizaremos para análise outras variáveis relevantes como sexo do indivíduo, raça, número de componentes na família, região do Brasil em que habita, situação censitária, destino do rendimento do trabalho infantil, satisfação no trabalho da criança e principal motivo para trabalhar. Além disso, pela literatura analisada, variáveis de *background* familiar exercem importante influência sobre os determinantes do trabalho infantil. Deste modo, foram incluídas no modelo características dos pais da criança, como idade, educação e logaritmo dos salários estimados.

## 4. Resultados

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos. Inicialmente, serão analisadas as estatísticas descritivas com a finalidade de apresentar a amostra selecionada para o presente estudo. Posteriormente, a seção 4.2 tratará o efeito da escolaridade do chefe de família, além de outras variáveis, sobre a inserção da criança no mercado de trabalho no Brasil em 2001.

### 4.1 Estatísticas Descritivas acerca do trabalho infantil a partir da PNAD de 2001

Esta seção descreve o perfil dos indivíduos inseridos no mercado de trabalho infantil e que compõem a amostra. A incidência do trabalho infantil e os fatores associados a ele estão demonstrados na Tabela 1.

**Tabela 1 - Análise descritiva do trabalho infantil segundo as características dos indivíduos na amostra**

Características dos Indivíduos	Inseridos no mercado de trabalho infantil		
	Observações	Média	Desvio-Padrão
Total de indivíduos	92.193	25,77%	0,3260
Cor:			
Branco	41.823	10,97%	0,3125
Não- Branco	50.361	13,01%	0,3365
Sexo:			
Mulheres	45.510	8,36%	0,2768
Homens	46.683	15,72%	0,3640
Idade	11.146	14 anos	2,4929
Situação Censitária:			
Urbano	76.960	8,96%	0,2857
Rural	15.233	27,86%	0,4483
Região:			
Norte	11.146	9,42%	0,2921
Centro Oeste	11.146	10,06%	0,3008
Sul	11.146	16,63%	0,3724
Nordeste	11.146	42,53%	0,4944

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2001).

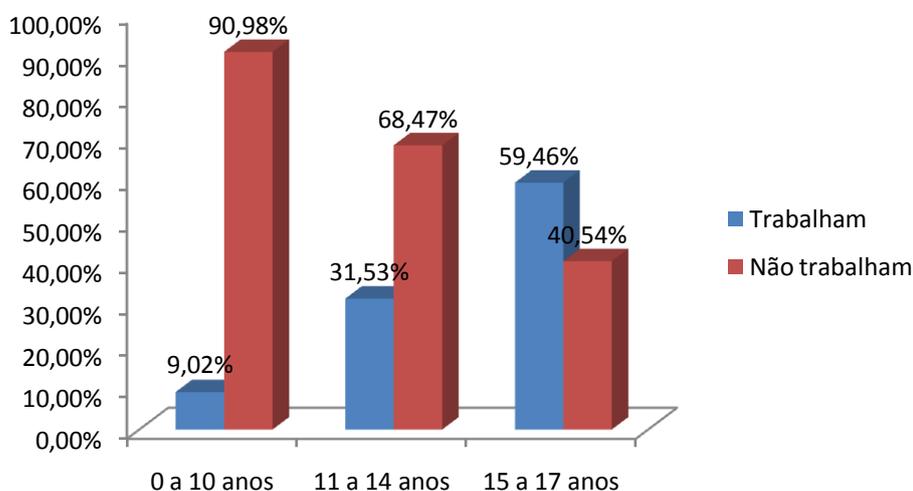
Os dados abrangem 357.739 indivíduos, dentre esses 92.193 estão inseridos no mercado de trabalho infantil, aproximadamente 25,77% da amostra, dos quais 10,97% são brancos ou amarelos e 13,01% são pretos, pardos ou indígenas. Analisando o trabalho infantil por raça, notamos que para o ano de 2001, pessoas pretas, pardas e indígenas apresentam maior probabilidade de estarem inseridas no trabalho infantil. De acordo com Pinheiro (2008),

essas taxas vêm decaindo ao decorrer dos anos. No entanto, as maiores taxas de trabalho infantil se encontram entre os meninos negros, tanto para a faixa de 5 a 9 anos, quanto para a faixa de 10 a 15 anos.

Além da diferença entre raças, podemos notar que o trabalho infantil ocorre mais entre os homens do que entre as mulheres, em média 15,72% dos homens estão inseridos no mercado de trabalho infantil, enquanto para as mulheres essa média é de 8,36%. Segundo Kassouf (2007) a proporção de meninos trabalhando é maior que a de meninas, no entanto existe o problema de não se levar em consideração o trabalho realizado por meninas dentro do domicílio, o fato de não considerar o trabalho doméstico pode ser uma possível explicação para o fato de haver maior porcentagem de meninos trabalhando. Esta diferença no contingente de meninos e meninas inseridos no trabalho infantil exerce forte influência na taxa de escolarização desses indivíduos. De acordo com a PNAD (2001), em cinco anos na faixa de 7 a 14 anos de idade, o percentual de meninos que se encontravam fora da escola declinou de 9,3% para 3,7%, enquanto o de meninas diminuiu de 8,2% para 3,3%.

Outra análise a ser feita é a que diz respeito à faixa etária do indivíduo inserido no trabalho infantil, apresentado na Figura 1. Para o ano de 2001, de acordo com os dados da PNAD, a faixa etária em que mais se encontra indivíduos inseridos no mercado de trabalho infantil é entre 15 a 17 anos com 59,46%, enquanto para os indivíduos entre 11 e 14 anos aproximadamente 31,53% se encontram trabalhando, além disso, para os indivíduos de até 10 anos, apenas 9,02% se encontram em situação de trabalho infantil.

**Figura 1 - Prevalência de trabalho infantil por faixa etária**



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2001).

Segundo Kassouf (2007), a partir dos dados da PNAD 2005, a porcentagem de trabalho infantil nas áreas rurais é mais elevada que nas áreas urbanas do Brasil. Bem como Kassouf (2007), de acordo com Schwartzman (2001), o trabalho infantil no Brasil ocorre com maior frequência nas atividades e regiões agrícolas, e em famílias que trabalham por conta própria, tanto na agricultura quanto em pequenos comércios. O que vai de acordo com os dados da Tabela 1. A incidência de crianças que residem na zona rural e estão inseridas no mercado infantil é de aproximadamente 27,86%, enquanto no meio urbano esse valor se dá em aproximadamente 8,96%.

Além disso, é importante ressaltar o forte abandono aos estudos que se dá mais nas áreas rurais se comparada com as áreas urbanas, segundo a PNAD (2001) por meio do suplemento especial sobre o trabalho infantil, pode-se constatar que um dos motivos para o abandono à escola é a ausência de escolas perto de casa (16%).

Grande parte das pesquisas realizadas sobre o trabalho infantil inclui a escolaridade dos pais nas equações relacionadas ao trabalho das crianças. Kassouf (2005) ressalta que ao observar que crianças de pais mais educados tendem a possuir menor propensão a trabalhar, mantida a renda, gera uma possível interpretação de que o efeito da educação se releva em termos de pretensões relacionadas ao futuro da criança, bem como ao seu grau de preferência na alocação do tempo. Diante disso, a Tabela 2 mostra a média de anos de estudos dos chefes de família cujas crianças estão ou não inseridas no trabalho infantil.

**Tabela 2 - Anos de escolaridade do chefe de família diante das condições de trabalho infantil**

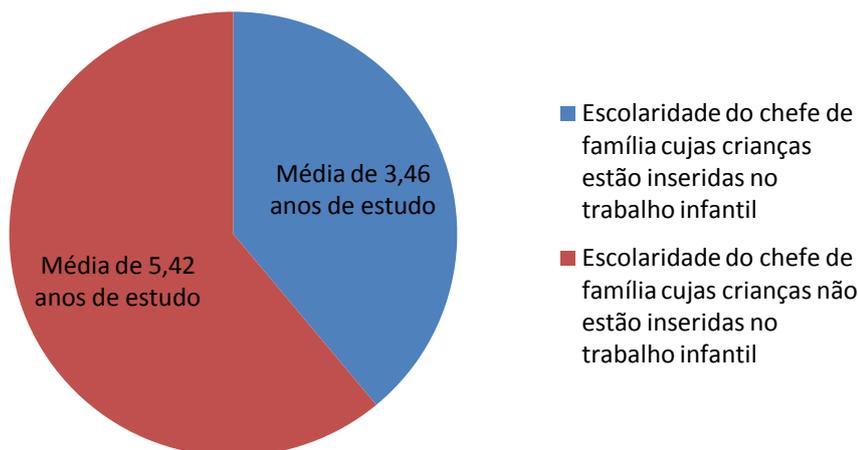
	Observações	Média	Desvio-Padrão
Escolaridade do chefe de família na presença de trabalho infantil	11.095	3,46	3,5576
Escolaridade do chefe de família na ausência de trabalho infantil	80.453	5,42	4,3764

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2001).

Os dados relacionados ao impacto dos anos de educação do chefe de família na presença de trabalho infantil abrangem uma amostra de 11.095 observações, tendo os chefes, neste caso, um número médio de 3,46 anos de escolaridade. Já na ausência de trabalho infantil, o nível de educação do chefe de família apresenta o número aproximado de 5,42 anos de escolaridade em uma amostra com um total de 80.453 observações.

Caccimali e Tatei (2008) mostram que a inserção de jovens e crianças no mercado de trabalho está diretamente ligada ao nível de educação dos pais, de maneira que, quanto maior a escolaridade dos pais, maior tende a ser a preferência destes pela escolarização mais elevada dos filhos.

**Figura 2 - Anos de escolaridade do chefe de família diante da incidência de trabalho infantil**



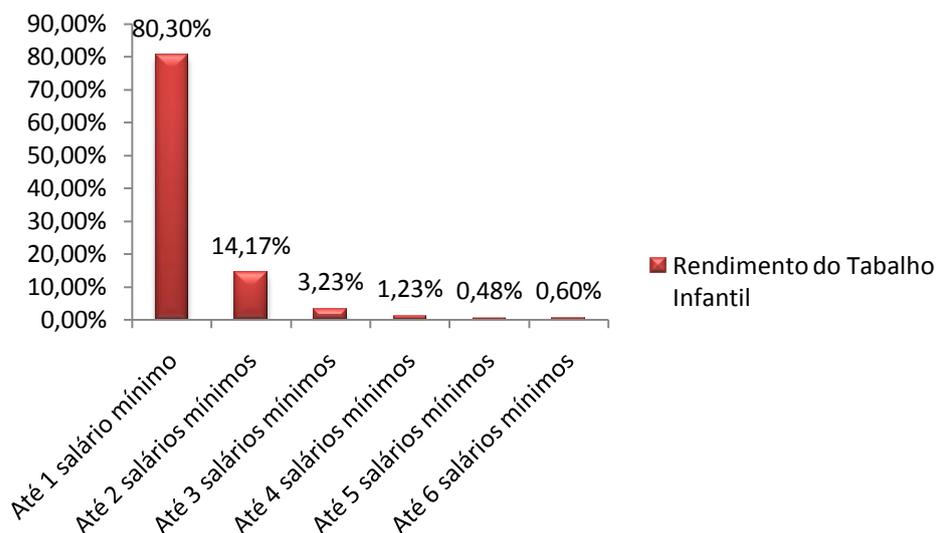
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2001).

Adicionalmente, Schwartzman (2001) afirma que o trabalho infantil exerce grande efeito sobre a educação da criança e do adolescente, afetando a presença ou não da criança à escola. Tais efeitos dependem da idade, tipo de trabalho exercido, além da duração deste. Em um estudo realizado por Kassouf (1999), Ilahi *et al.* (2000) e por Emerson e Souza (2003), todos utilizando dados da PNAD, quanto menor a faixa etária que o indivíduo é inserido no mercado de trabalho, menor tenderá a ser seu salário na fase adulta, e esse fato ocorre devido, em grande parte, à perda de anos de escolaridade devido ao trabalho na infância.

Ademais, Kassouf (2016) afirma que o fato de os indivíduos se dedicarem a longos períodos de trabalho, pode resultar em uma baixa escolaridade destes. Tais indivíduos se vêem em empregos que não exigem qualificação e que oferecem baixa remuneração, o que os mantêm em um ciclo repetitivo de pobreza já vivenciado anteriormente por seus pais. Diante disso, a autora afirma que apesar de o trabalho resultar em aumento imediato da renda no domicílio, a longo prazo isto resultará em perda de uma possível melhor remuneração causada pela interrupção dos estudos.

Assim como dito anteriormente, uma das motivações para a inserção da criança no mercado de trabalho é o aumento imediato que esse fator exerce sobre o rendimento da família. No entanto, Kassouf (2007) afirma que apesar do benefício instantâneo na forma de renda, o trabalho infantil gera custos como o de não estudar ou reduzir o tempo de lazer da criança, por exemplo. Deste modo, fatores que afetam os benefícios gerados pelo trabalho, neste caso o salário e os retornos à educação, afetarão também a decisão com relação ao trabalho. A seguir, a Figura 3 mostra a relação entre os rendimentos por aqueles inseridos no trabalho infantil, observa-se que grande parte das crianças e jovens recebem menos de um salário mínimo.

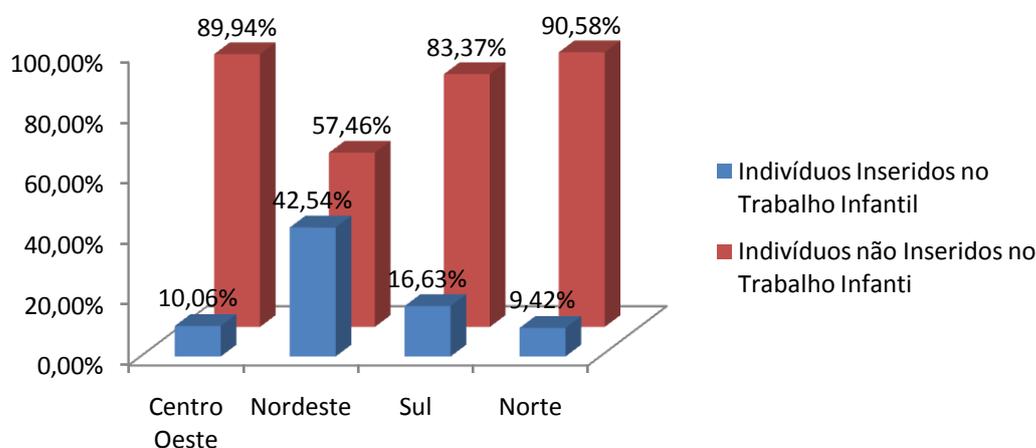
**Figura 3 - Rendimento obtido pelos indivíduos inseridos no trabalho infantil**



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2001).

Em relação ao trabalho infantil por região podemos notar que a região que apresenta maiores índices é a região Nordeste, com um percentual de aproximadamente 42,54%, seguida da região Sul com 16,63% dos indivíduos ativos no mercado de trabalho infantil. Posteriormente, a região Centro Oeste aparece com aproximadamente 10,06% das crianças trabalhando, e por fim tem-se a região Norte com 9,42% (Figura 4).

Pinheiro (2008) em seu estudo realizado em relação ao ano de 2007 obteve resultado semelhante, segunda a autora a região que lidera o ranking em relação à incidência de trabalho infantil é a região Nordeste, seguida pelas regiões Norte e Sul.

**Figura 4 - Incidência de trabalho infantil por região do Brasil**

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2001).

Ao relacionar os anos de estudos dos indivíduos inseridos no trabalho infantil com a região censitária em que residem, se esta é rural ou urbana, notamos que a média estudada por aqueles que residem na área urbana tende a ser maior se comparada à área rural.

Um dos fatores que explicam essa diferença é o fato de que, de acordo com Aquino (2010), a maior parte dos indivíduos inseridos no trabalho infantil são meninos e vive na área rural, isto ocorre, porque segundo a autora existe uma correlação entre o fato de o pai ter sido inserido no trabalho infantil e o fato de a criança também ser atualmente trabalhadora infantil, e que tal fato é mais marcante na região rural se comparado à região urbana.

**Tabela 3 - Média de anos de estudos dos indivíduos inseridos no trabalho infantil por situação censitária**

	Observações	Média	Desvio-Padrão
Anos de estudo se o indivíduo está inserido no trabalho infantil e reside em área urbana	6.810	5,72	2,6771
Anos de estudo se o indivíduo está inserido no trabalho infantil e reside em área rural	4.216	3,61	2,5240

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2001).

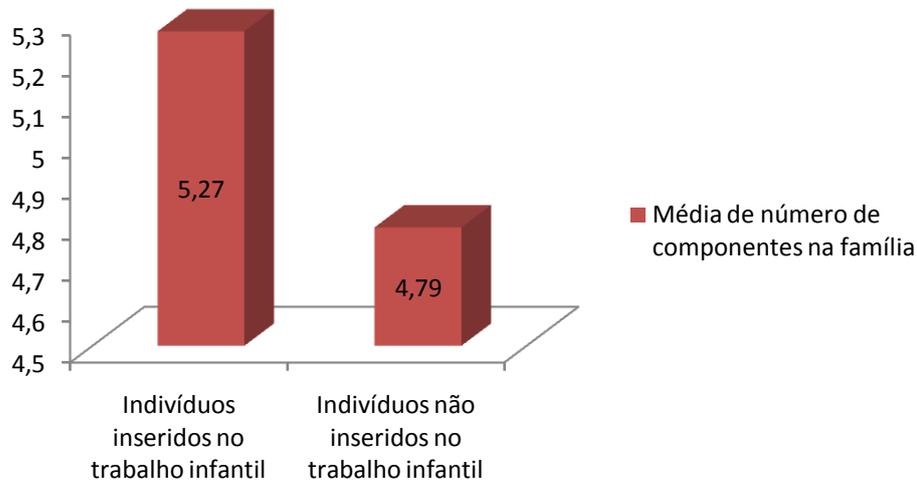
Outra análise interessante a ser feita é a que inclui as questões inseridas no suplemento especial de trabalho infantil da PNAD 2001, tais questões nos permitem abordar, por exemplo, se o indivíduo inserido no trabalho infantil está satisfeito ou não com o trabalho exercido, qual motivo o levou a tal situação e qual o destino do rendimento obtido por ele através do trabalho.

Ao analisarmos a amostra em questão, temos que 81,16% das crianças inseridas no mercado de trabalho estão satisfeitas em suas atuais condições, enquanto 18,84% não estão. Em relação à motivação que os levou a trabalhar, 77,15% responderam que foi por opção própria, enquanto 22,85% foram motivados pelos pais. Por fim, no que diz respeito ao rendimento obtido por eles por meio do trabalho infantil, 42,19% destes indivíduos o entrega aos seus pais, e 57,81% usufruem da renda para si mesmo.

Costa Grangeiro de Sousa e Pereira Alberto (2008), de acordo com os dados obtidos em seus estudos, afirmam que a situação de trabalho infantil pode se entendida por meio da interação entre duas instâncias, a pessoal e a familiar. Significativamente, o ato de trabalhar pode ser considerado uma questão de necessidade dado que ele pode contribuir para o complemento da renda familiar. Por outro lado, ainda pelo lado do benefício do rendimento, o trabalho pode gerar satisfação pessoal, uma vez que, permite aos inseridos a oportunidade de adquirir um retorno monetário para comprar as próprias coisas, ocupar o tempo e, por consequência, poderem se sentir mais úteis.

Outra análise sobre a questão pode ser vista na Figura 5, verifica-se que indivíduos inseridos no trabalho infantil tendem a ter um maior número de componentes no ambiente familiar. Para os indivíduos inseridos no trabalho infantil foi observada uma amostra de 11.146 indivíduos, a média do número de familiares que estes possuem corresponde a 5,27 pessoas aproximadamente. Já para aqueles que não estão inseridos no trabalho infantil, a amostra possui um número total de 81.047 observações, e o número médio do número de componentes da família é de aproximadamente 4,79 pessoas.

**Figura 5 - Incidência de trabalho infantil de acordo com o número médio de componentes na família**



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2001).

Da Vanzo (1972) analisa uma amostra de dados do Chile, pode observar uma relação positiva entre o fato de a criança estar inserida no mercado de trabalho e a fertilidade do casal, ou seja, quando menor a renda da família devido ao fato dela ser numerosa, maior tende a ser a probabilidade de os pais inserirem seus filhos no mercado de trabalho como uma alternativa para aumentar o rendimento familiar. Além disso, observou-se também eu quanto menor o número de crianças, e diante de uma renda familiar adequada, maior tende a ser a chance de os pais matriculem e inserirem seus filhos no âmbito escolar (apud Kassouf, 2001)

Ainda segundo Kassouf (2001), políticas de controle populacional são de relevante importância para da redução do trabalho infantil, dado que se pode observar que um maior número de irmãos aumenta significativamente a probabilidade de as crianças serem inseridas no mercado de trabalho, além de reduzir sua escolaridade. A seguir serão analisados os resultados.

## 4.2 Resultados e discussões da estimação do modelo econométrico proposto

**Tabela 4 - Determinantes do trabalho infantil, modelo logit, Brasil, 2001.**

Trabalho Infantil	Coefficiente	Efeitos Marginais
Constante	-6,597* (0,111)	-----
Masculino	0,856* (0,024)	0,041* (0,001)
Idade	0,402* (0,004)	0,019* (0,002)
Escolaridade do Chefe	-0,083* (0,003)	-0,004* (0,000)
Mãe Viva	-0,151** (0,077)	-0,007** (0,004)
Branco	0,026 (0,0266)	0,001 (0,001)
Urbano	-1,422* (0,028)	-0,108 (0,003)
Centro-Oeste	0,214* (0,043)	0,011* (0,002)
Sul	0,458* (0,038)	0,025* (0,002)
Nordeste	0,123* (0,032)	0,006* (0,001)
Norte	0,010 (0,044)	0,000 (0,002)
Número de componentes na família	0,081* (0,006)	0,003* (0,000)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2001).

\* denota significância a 1%; \*\* denota significância a 5%; \*\*\* denota significância a 10%.

No que diz respeito aos coeficientes estimados para a situação censitária, urbano apresenta sinal negativo, o que significa que residir em região urbana diminui a probabilidade de o indivíduo estar inserido no trabalho infantil em 10,8 pontos percentuais se comparado aos que residem na zona rural. Ainda considerando a análise regional, foi constatado de acordo com o coeficiente que, comparado à região sudeste, o fato de o indivíduo residir na região sul aumenta sua incidência no trabalho infantil 2,5 pontos percentuais, seguidos dos coeficientes das regiões centro-oeste com 1,1 pontos percentuais, nordeste com 0,6 pontos percentuais e região norte que apesar de no modelo não apresentar significância, a magnitude do efeito foi de 0,05 pontos percentuais.

Kassouf e Santos (2010) corroboram esta hipótese, segundo os autores, comumente já se espera que a probabilidade de exercer atividades no meio rural cresça à medida que a idade aumenta, em termos regionais, segundo as autoras, o sul do Brasil aparece como a região de

maior destaque em relação ao trabalho infantil, como sendo a maior demandante desta mão-de-obra na agricultura.

No que concerne ao coeficiente para a variável sexo, o fato de o indivíduo ser do sexo masculino aumenta a probabilidade de ele estar inserido no trabalho infantil em 4,1 pontos percentuais comparado ao indivíduo do sexo feminino. Seguindo de acordo com os resultados já apresentados, Aquino (2010) em seu trabalho identificou por meio dos dados utilizados que maior parte das crianças de trabalho são meninos e residem na zona rural do país.

No entanto, um fator que pode corroborar para que a porcentagem de meninos trabalhando seja maior se comparado às meninas é o fato de que o trabalho realizado dentro do domicílio ainda não é considerado trabalho, e uma vez que largamente ele é exercido por meninas, pode explicar esta diferença entre os gêneros.

Outro fator atrelado à inserção da criança no mercado de trabalho é o número de componentes que existem na família deste indivíduo, segundo o modelo e a partir dos dados da PNAD 2001, o aumento de um membro na unidade familiar, aumenta a probabilidade do indivíduo estar inserido no trabalho infantil em 0,3 pontos percentuais, confirmando o sinal já esperado para a variável.

Cacciamali e Tatei (2008) corroboram esta hipótese, de acordo com as autoras ao analisar a oferta de trabalho infantil deve-se considerar, ademais, dois fatores importantes, a estrutura familiar e a posição da família na estrutura social. O tempo que a criança possui para dividir entre escola, atividades domésticas e trabalho são distribuídos de acordo com o tamanho e estrutura da família, além da produtividade da criança e dos pais, e o grau de substituição no trabalho entre eles.

Seguindo a mesma visão, Kassouf (2001) afirma que para a redução do trabalho infantil, políticas de controle populacional se tornam fundamentais, uma vez que pode-se observar que um maior número de irmãos aumenta a probabilidade de as crianças estarem inseridas no mercado de trabalho, além de reduzir a escolaridade dos mesmos.

Segundo dados da Organização Mundial do Trabalho (2001), o número de crianças inseridas no mercado de trabalho no Brasil é de grande relevância, o país apresenta um número aproximado que começa com 25 mil indivíduos inseridos aos 5 anos de idade, resultando num total de 1,7 milhão aos 17 anos, o referente à metade da população do país nessa idade. A variável idade inserida no modelo nos confirma tal informação, no que

concerne ao seu coeficiente estimado constatou-se que a cada um ano a mais na idade do indivíduo de 5 a 17 anos, a probabilidade de o indivíduo estar inserido no trabalho infantil aumenta em 1,9 pontos percentuais, com significância a 1%.

No tocante às variáveis que diminuem a incidência da inserção da criança no mercado de trabalho, o modelo apresenta o coeficiente negativo para mãe viva, de acordo com os resultados, o fato de a criança possuir mãe viva diminui sua chance de estar inserida no trabalho infantil em 0,7 pontos percentuais. Senauer, Garcia & Jacinto (1988), apud KASSOUF (2001) observam que a escolaridade da mãe está mais ligada à escolaridade do filho se comparada ao pai, segundo os autores, tal fato se dá devido à hipótese de que as mães tendem a valorizar mais o capital humano dos seus filhos.

Outros estudos obtiveram conclusões equivalentes, mostrando que a renda obtida pela mãe tem um efeito mais positivo tanto em relação ao estado nutricional dos filhos, quanto à distribuição de alimentos no domicílio, podendo evitar a entrada desses indivíduos no mercado de trabalho.

Além disso, a variável de interesse da análise também apresentou sinal negativo, o coeficiente relacionado a escolaridade do chefe de família apresentou-se significativo, sendo a probabilidade de 0,4 pontos percentuais, confirmando a hipótese principal do trabalho de que o aumento da escolaridade do chefe de família diminui a probabilidade de a criança estar inserida no mercado de trabalho.

Pode-se associar a ocorrência desse fato como sendo devido ao nível de escolaridade dos responsáveis pela criança, à valorização da educação pela família, bem como uma visão de futuro, uma vez que pessoa com anos a mais de escolaridade tendem a adquirir melhores empregos posteriormente. (VIEIRA, 2010)

Equitativamente, Kassouf (2005) ressalta que ao observar que crianças de pais mais educados possuem menor propensão a trabalhar se comparado àqueles cujos pais possuem menor nível de escolaridade, uma possível interpretação para o efeito da educação se realiza em termo de pretensão para o futuro da criança e grau de subjetividade para a preferência na alocação do tempo. Além deste, muitos estudos mostram um efeito negativo da escolaridade dos pais sobre a propensão da criança estar inserida no mercado de trabalho, como Kassouf (2002) que obteve um efeito negativo e de alta significância tanto para pai quanto para mãe no Brasil.

Caccimali e Tatei (2008) também observam que o aumento nos anos de escolaridade dos chefes de família apresenta resultados mais persuasivos do que o aumento da renda em relação à redução da incidência da criança no trabalho infantil.

Kassouf (2001) também obteve resultado semelhante, de acordo com a autora, quanto maior a escolaridade do pai e da mãe menor tende a ser a probabilidade de as crianças estarem inseridas no mercado de trabalho. Além disso, o aumento de um ano na escolaridade tanto da mãe quanto do pai tem o efeito de aumentar a frequência das crianças na escola, ou seja, a escolaridade do chefe de família tem o efeito de reduzir a probabilidade do ingresso da criança no trabalho precoce, além de aumentar a probabilidade de elas estudarem, como confirmado na Tabela 4.

Deste modo, o aumento na escolaridade dos pais causa uma valorização pela educação de seus filhos e conseqüentemente seus retornos futuros. Deste modo, ao aumentar os incentivos à educação dos filhos, e se considerar que existe a disputa de tempo entre escola e mercado de trabalho, a disponibilidade da crianças ingressar no mercado de trabalho se torna reduzida. (AQUINO, 2010)

Apesar de não apresentar significância, a magnitude do efeito da variável branco apresentou em seu coeficiente positivo em 0,1 pontos percentuais, significando que fato de o indivíduo ser da cor branca ou amarela aumenta sua pretensão de estar inserido no trabalho infantil em 0,1 pontos percentuais se comparado aos indivíduos pertencentes a outras raças. No entanto, Schwartzman (2004) afirma o oposto, segundo o autor além de o trabalho infantil estar mais concentrado na faixa entre 15 a 17 anos de idade, ele incide mais entre indivíduos indígenas e de cor preta ou parda do que entre os indivíduos de cor branca.

Por fim, denota-se a importância desta análise, dado que amplia o entendimento dos fatores relacionados ao trabalho infantil e tem como principal finalidade permitir identificar soluções de intervenção para amenizar tais problemas. Nesse sentido, ressalta-se que algumas políticas já foram propostas, como é o caso dos programas de renda mínima vinculada à Educação.

O programa Bolsa Escola é o programa federal responsável pela maior parte das transferências. São beneficiadas aquelas famílias que possuem membros em idade escolar (entre seis e quinze anos completos) e que se encontram matriculados como devido, e possuem frequência escolar igual ou superior a 85%. Os principais objetivos do programa são:

umentar a escolaridade, reduzindo assim à longo prazo a pobreza; reduzir a pobreza no curto prazo; diminuir a incidência de trabalho infantil e exercer uma espécie de rede de seguridade.

O programa Bolsa Escola não expressa claramente o terceiro objetivo (diminuir a incidência de trabalho infantil) em suas regras, não é necessário, por exemplo, que os responsáveis pelas crianças assinem qualquer termo que irá garantir a retirada delas do mercado de trabalho. No entanto, ao levar-se em conta que ao manter a frequência escolar a criança terá obrigatoriamente seu tempo livre reduzido, pode-se admitir que de forma natural ela abandonará o mercado de trabalho. Ademais, o valor recebido pela bolsa serviria como substituição do valor que a criança contribuiria para a renda familiar, além de compensar o custo de oportunidade dela em relação aos ganhos no mercado de trabalho. Apesar da eficiência de tais programas, outras políticas relacionadas ao trabalho infantil devem ser propostas. É de extrema importância concentrar esforços em políticas que promovam a erradicação do trabalho infantil.

## 5. Conclusão

Este trabalho examinou a influência da escolaridade do chefe de família sobre a inserção da criança no mercado de trabalho por meio da utilização dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2001.

Por meio do modelo *logit*, estimou-se a probabilidade de o indivíduo estar inserido no trabalho infantil. Os resultados sugerem que nas áreas rurais e urbanas, em diferentes regiões do Brasil, a escolaridade do chefe de família tem o efeito de reduzir a probabilidade de as crianças trabalharem.

Observou-se ainda que indivíduos do sexo masculino apresentam maior propensão de estarem inseridos no trabalho infantil se comparados ao sexo feminino, bem como os que residem em área rural, uma vez que os resultados revelam que residir em área urbana diminui a probabilidade de a criança trabalhar em 1,42 pontos percentuais. Nesse contexto, destacam-se também as diferenças de incidência das regiões do Brasil comparadas a região Sudeste, dentre elas a que apresenta maior coeficiente é a região Sul, seguida pelas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte que apesar de não apresentar significância no modelo, o efeito de sua magnitude foi o de menor coeficiente.

O tamanho do domicílio também afetou a probabilidade de inserção no trabalho infantil, o número de componentes na família tem um efeito positivo no trabalho das crianças tanto na área urbana quanto na área rural, além disso, a idade também impactou positivamente, quanto maior a idade do indivíduo maior tende a probabilidade de ele estar inserido no mercado de trabalho precoce. Analogamente, o efeito da variável branco além de não ser estatisticamente significativa, contrariou os resultados esperados, segundo o modelo o fato de o indivíduo ser branco ou amarelo aumenta a probabilidade da criança trabalhar se comparado aos indivíduos das demais raças.

Além da notoriedade da variável escolaridade do chefe de família, uma segunda causa afeta negativamente o trabalho das crianças, a presença de mãe viva, o fato de o indivíduo possuir mãe viva diminui a probabilidade de estar trabalhando em 0,15 pontos percentuais se comparado aos indivíduos que não o possuem

Um ponto discutido na literatura admite que o fator principal de decisão dos pais em relação à inserção de seus filhos no mercado de trabalho é a pobreza. Diversos autores, como por exemplo, Kassouf (2001) propõem que sejam realizadas políticas de transferência de renda com intuito de erradicar o trabalho infantil. No entanto, essa é uma medida simplista, uma vez que não leva em consideração outras características socioculturais, além de não promover alterações estruturais na população que é alvo.

Ao levar em consideração outras variáveis que não sejam a riqueza ou o rendimento familiar, nota-se que somente a transferência monetária não é suficiente, visto que algumas sociedades consideram o trabalho infantil como sendo educativo, ou considerando a educação formal não atrativa. Se admitido ainda que a educação dos pais desempenhe forte influência na educação dos filhos, incentivar a educação formal levaria esses indivíduos a darem mais valor à escolaridade, de maneira que ao decorrer do tempo e o passar das gerações esse tipo de política se tornasse dispensável, uma vez que teria provocado uma mudança na estrutura do comportamento dos indivíduos. (KASSOUF, 2005).

Kassouf (2015) apud Basu (1999) assume que a melhor forma de se combater o trabalho infantil é tornando a frequência à escola algo imprescindível, dado que é mais fácil controlar a frequência da criança na escola, do que sua ausência no trabalho. Ainda que escola e trabalho não sejam fatores mutuamente exclusivos, Basu (1999) ressalta que deste modo é possível eliminar ao menos o trabalho em tempo integral e conseqüentemente a escolaridade destes indivíduos aumentará, o que gera resultados para as próximas gerações.

Deste modo, o presente estudo verificou por meio dos determinantes do trabalho infantil analisados, que a hipótese de que a escolaridade do chefe de família impacta negativamente sobre a inserção da criança no mercado de trabalho é atendida.

Por fim, ressalta-se ainda a possível subestimação na amostra como principal limitação deste trabalho, uma vez que muitas crianças não declaram estar trabalhando, tornando subnotificações frequentes. Além disso, sugere-se como tópico de pesquisa futura a análise dos dados em períodos mais recentes, dado a dificuldade para obtenção dos mesmos.

## Referências Bibliográficas

AQUINO, Juliana Maria et al. Trabalho infantil: persistência intergeracional e decomposição da incidência entre 1992 e 2004 no Brasil rural e urbano. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 14, n. 1, p. 61-84, 2010.

CACCIAMALI, Maria Cristina et al. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2010.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Trabalho infantil e o status ocupacional dos pais. *Revista de Economia Política*, v. 28, n. 2, p. 269-290, 2008.

COSTA GRANGEIRO DE SOUSA, Olívia Maria; PEREIRA ALBERTO, Maria de Fátima. Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. *Psicologia em estudo*, v. 13, n. 4, 2008.

DE BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane. *Trabalho Infantil no Brasil: rumo à erradicação*. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010.

FERRO, Andrea Rodrigues; KASSOUF, Ana Lúcia. Avaliação do impacto do Programa Bolsa-Escola sobre o trabalho infantil no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 35, n. 3, p. 417-444, 2005.

GUJARATI, Damodar N., and Dawn C. Porter. *Econometria Básica-5*. Amgh Editora, 2011.

KASSOUF, Ana Lúcia et al. Trabalho infantil: escolaridade x emprego. *Economia*, v. 2, n. 2, p. 549-586, 2001.

KASSOUF, Ana Lúcia. Trabalho infantil: causas e consequências. *Estudo realizado para ser apresentado na prova pública oral do concurso de Professor Titular do Departamento de Economia da Esalq*, 2005.

KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil?. *Nova economia*, v. 17, n. 2, p. 323-350, 2007

KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, Marcelo Justus dos. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o "paradoxo da riqueza". *Economia Aplicada*, v. 14, n. 3, p. 339-353, 2010.

KASSOUF, Ana Lúcia. O efeito do trabalho infantil para os rendimentos dos jovens, controlando o background familiar. *Anais*, p. 1-13, 2016.

PEDROZO, Euclides et al. Uma avaliação ex-ante dos impactos do Bolsa Família na redução do trabalho infantil. *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia*, 2007.

PINHEIRO, Luana et al. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 2008.

SCHWARTZMAN, Simon; SCHWARTZMAN, Felipe. *Trabalho infantil no Brasil*. 2001.

VIEIRA, Marcia Guedes. *Trabalho infantil no Brasil: questões culturais e políticas públicas*. 2010.